PLENÁRIO DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO MOSQUITO E DEMAIS AFLUENTES MINEIROS DO RIO PARDO.

Minuta da ata da reunião Ordinária, realizada em 04 de dezembro de 2018

Em quatro de dezembro de dois mil e dezoito, as nove horas e quarenta minutos, na câmara Municipal de Águas Vermelhas- MG, situada na Rua Sete de setembro, nº 183, Centro, CEP: 39993-000, reuniu-se o plenário do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Mosquito e demais afluentes Mineiros do Rio Pardo para mais uma reunião. Compareceram os seguintes conselheiros titulares e suplentes : **representantes do poder Público Estadual:** Sonia de Souza Lima - Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM, **Representante do poder Público Municipal**: Carlos Tolentino Pereira e Zielson Almeida Santos – Prefeitura Municipal de Águas Vermelhas; Tamires Batista de Sousa – Prefeitura Municipal de Taiobeiras; Eduardo Francisco Alves – prefeitura Municipal de Divisa Alegre**; Representantes dos Usuários**: Claudio Yukio Tajima – Companhia Brasileira de Lítio- CBL, Robson Guedes Campos - COPASA; Aurélio de Oliveira - DUNORTE Florestal LTDA; **Representantes da sociedade Civil**: Marcelo Rossi Vicente - Instituto Federal do Norte de Minas-IFNMG, Moisés Dias de Oliveira - Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas – CAA/NM; Alzira Maria de Jesus - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Curral de Dentro, Idaiva Maria de Jesus - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Águas Vermelhas; Elmy Pereira Soares - Sindicato dos Trabalhadores Rurais Assalariados e agricultores Familiares do município de Rio Pardo de Minas, Wellington dos Santos Andrade - Loja Maçônica Deus União e Fraternidade 142. A presidenta, Tamires Batista de Souza, inicia a reunião desejando boas vindas, em seguida conduz a apresentação dos membros do conselho. Na sequencia foram lidas as atas das reuniões realizadas em agosto de 2017 sendo aprovada por todos; e outubro de 2018, a qual após ser feito as devidas retificações, também foi aprovada pelos presentes. Prosseguindo, foi feito a verificação do quórum o qual não foi atingido, faltando cinco membros para atingir o número mínimo exigido, porém os conselheiros optaram pelo prosseguimento da reunião uma vez que não tinha grandes projetos para ser votado e em respeito ao compromisso daqueles que estavam presentes. O primeiro ponto da pauta foi a apresentação do relatório da expedição da Bacia do Samambaia, intitulado de **Visita Técnica ao Manancial Rio Mosquito**, executada pela equipe técnica criada pelo Comitê, composta pelas seguintes pessoas: Robson Guedes Campos, ZIELSOM Almeida Santos, Aurelio Oliveira, Eduardo Francisco Alves e os técnicos da COPASA Valdenor Ferreira Mendes (técnico Químico do Distrito Regional de Salinas -MG) e Dalmirene Lorena (Encarregado de sistemas- COPASA Águas Vermelhas -MG). O senhor Robson faz o relato da expedição. Foram visitados os seguintes pontos: barragem de Samambaia, Pedreira, Pedrinha, Barragem do Doca, barragem do Zetim, Córrego Sumidouro e Saltador, barragem da AVG e Córrego da Tapera. Chamando atenção para o primeiro ponto visitado, a barragem de samambaia onde a COPASA possui um ponto de captação. Relata que a barragem está em seu volume morto a muito tempo, e que a COPASA não faz captação no local desde 15 de outubro de 2018. Fala também que o local está cheio de redes e não tem nenhuma fiscalização e que é preciso tomar cuidado, pois o CBH-MOSQUITO poderá tomar decisões que comprometerá o abastecimento de água na região. Tamires responde que encaminhará um oficio cobrando fiscalização. Robson continua dizendo que na passagem do Sumidouro a água continua correndo, mas não sabemos até onde ela chega. Fala que todo o trabalho foi feito com autorização do Senhor Julio Gabriel “não fizemos nenhuma intervenção sem ordem dele”. Relata ainda que a maioria das barragens são feitas de qualquer

jeito e não segue nenhum parâmetro. " Se não tiver um bom volume de chuva e se não abrir algumas dessas barragens não tem como a água correr. É importante fazer prevenção de ambas as partes e não só de uma. Tem que ter fiscalização. Em caso de emergência, se precisar usar a água a COPASA vai usar. A ANA esteve em Taiobeiras em junho e seria muito bom que ela participasse. " Na sequência o Senhor Umberto Alves faz um relato histórico em das lutas travadas em favor do meio ambiente. Lembra que desde 1989 ele já se engajava nessa luta visitando as carvoarias e cobrando reflorestamento para as áreas degradadas. Fala também da situação do esgoto que não atende a realidade e pede que o IGAM abrace a causa. " Se não for com a lei não vai, o pessoal não chega em um denominador comum". O senhor Carlos Tolentino fala que a sua demanda é a demanda de todos que tem respeito pelo Rio Mosquito. Declara que o rio Mosquito não tem condições de irrigar grandes lavouras, apenas pequenas propriedades. Nesse sentido, pede que o IGAM faça um regulamento determinando que todas as barragens tenham a altura máxima de três metros a baixo. E que o conselho acompanhe o consumo dessas barragens. Diz que a regra é regularizar e acompanhar. Sônia Responde que tem que trazer para o Comitê todos os problemas da bacia, por que o Comitê é nosso. Temos que tomar as providencias, oficializar os órgãos competentes. O senhor Robson pede a inclusão dos municípios de Curral de Dentro e Águas Vermelhas no COLMEIA, pois os Colmeias têm algumas técnicas de Conservação e está para assinar uma parceria do Pro- Mananciais e Banco do Brasil. Sonia pergunta se os recursos destinados ao Colmeia não correm o risco de ser redirecionado. Robson responde que não, pois os recursos são direcionados pela ARSAE. Sonia e Tamires perguntam se teria como destinar esses recursos para a conservação de nascentes, sugere fazer um diagnóstico das nascentes a serem atendidas. Robson responde essas questões quem define é o próprio Colmeia, a COPASA não interfere e que a inclusão do COLMEIA depende da aceitação do gestor. Ainda se referindo aos COLMEIAS, Aurélio fala que antes de fazer qualquer coisa tem que fazer um diagnóstico das nascentes. Primeiro tem que conhecer para depois agir. Se referindo as represas, ele lembra que estamos passando pela pior seca já registrada e no mínimo 50% das represas estão em situação irregular, inclusive a represa do samambaia, pois não tem outorga ou qualquer outro documento no IGAM. O Estado fez a barragem, mas não regularizou e que a barragem de Machado, a CEMIG só regularizou porque precisava de energia. Lembra que quando uma represa entra em seu volume morto precisa de um protocolo e que isso não foi feito. Está irregular tanto a COPASA como o Estado. Robson fala que em determinado período do ano algumas outorgas precisam ser cessadas. Elmy Pereira Soares fala que, segundo um estudo realizado pela a ONG baiana CEAS, a irrigação de grandes lavouras aumentou muito na região nos últimos anos em contradição com a diminuição da precipitação ocorrido no mesmo período e que isso não é culpa só de quem irriga, mas também de quem concede essas licenças. Moisés fala que a legislação não consegue dá o domínio do território somente das águas e que para fazer uma gestão compartilhada do recurso desde o uso humano até os demais é preciso de um órgão regulador forte e operante. O conselho não tem poder de polícia nem instrumentos técnicos e financeiros para fazer isso. Sem a presença do estado fica difícil, pondera que se o Conselho for um espaço de conciliação que consiga sensibilizar grandes e pequenos já ajuda. Sonia informa que as Outorgas e licenças saíram da Secretaria de Estado e Meio Ambiente e Desenvolvimento (SEMAD) e foi para o IGAM, mas não deu certo. Agora estão pedindo vinte e quatro mil outorgas para a área administrativa do IGAM. Houve decreto de renovação automática das outorgas. Informa que vai ser lançado o portal da transparência, onde vai ser possível ver todas os outorgados e assim vai ficar mais fácil para denunciar. Continuando, foi falado sobre a nota técnica de decretação de escassez Hídrica na barragem da Samambaia. " Em quatro de outubro de 2018, a prefeitura Municipal de Águas Vermelhas decretou situação de

emergência" e que a partir de agora, todas as outorgas serão dadas com 120 dias. Foi falado ainda que os usuários legalizados também são um grande problema pois usam mais do que declaram. Após muita conversa sobre o assunto, chegou-se ao consenso que após a divulgação da nota técnica, será realizada uma expedição em toda a bacia do Rio Mosquito. Moisés sugere que os fiscais que forem a campo participem da reunião do Conselho. Encaminhamentos: Robson solicita encaminhamento no sentido de continuar com a expedição na barragem de samambaia e que o Comitê encaminha os relatórios de incursão. A COPASA Não fez intervenção sem o conhecimento do gestor dos barramentos; encaminhar pedido para que o Comitê priorize a discussão de priorização para o abastecimento humano e reforça a ideia de convidar a ANA e o IGAM para participar de uma reunião do Comitê. Aurélio Sugere que seja repassado para todos os conselheiros o marco legal das águas federais e cita o exemplo da Cidade de Maristela-MG, que é abastecida por águas de poços artesianos. Sonia sugere que seja feito uma expedição em toda a bacia do rio Mosquito incluindo também os afluentes do Rio Pardo; Marcelo sugere que seja feito uma relação dos padrões noturnos para irrigação com as outorgas de águas. Pede intervenção da ANA e do IGAM. O Senhor Wellington dos Santos Andrade relata a situação dos Rios Preto, Pardo e São Gonçalo em Rio Pardo de minas os quais são responsáveis pelo abastecimento de água do município e que sofrem danos ambientais. Relata a existência de bacias campineiras há cerca de 40 metros do leito do Rio causando assoreamento além do esgoto que é despejado comprometendo as águas. Nesse sentido, solicita fiscalização da agencia Reguladora de serviços e abastecimento água de Minas Gerais (ARSAE) nos esgotos dos municípios atendidos pela COPASA. Robson fala das ligações ilegais feitas pelos usuários que liga as águas pluviais nas instalações da COPASA o que compromete todo o sistema. Fala também que quando o nível do Rio está muito baixo, o esgoto mesmo tratado não são completamente absolvidos o que causa o mal cheiro na água. A plenária colocou o alto custo das tarifas de esgoto, o que inibe os usuários a não fazer a ligação. Robson responde que as tarifas são definidas pela ARSAE. A Plenária propõe que se convide a ARSAE para participar da Reunião. Continuando, a presidenta informa sobre a situação da secretária do comitê que enfrenta dificuldade para estar nas reuniões devido à distância, pois ela reside em Almenara. Propõe que a sede do comitê seja transferida para Taiobeiras porque é mais centralizado e facilita o deslocamento dos membros e o trabalho da presidenta bem como a situação da secretária. A proposta não foi bem recebida por boa parte dos conselheiros ficando o assunto sem definição. Em seguida a presidenta fala sobre o chamamento Público para recursos para custeio do Comitê referente a estruturação, mobilização, capacitação. Fala que será 1,5 (um e meio milhão) de reais dividido para 6 comitês. Informa que logo que a empresa GSOIS de Belo Horizonte, assinar o contrato , ela vai marcar uma reunião para apresentar o plano. O contrato é de três anos, mas o recurso é apenas um ano. **Consenso:** ficou definido que a próxima reunião será no dia 04 de fevereiro de 2019 em Taiobeiras. Na próxima reunião fazer o planejamento e também planejar para fazer visitas nas estações de esgoto durante as reuniões. Foi definido também fazer levantamento da presença dos conselheiros nas reuniões. Encerramento: Não Havendo, mais assuntos a se tratar, a presidenta Tamires Batista de Sousa agradeceu mais uma vez a presença e a participação de todos e encerrou a reunião ás 13: 15 horas. Águas Vermelhas, 04 de dezembro de 2018.

Sra. Tamires Batista de Sousa
Presidenta do Comitê da Bacia Hidrografica do
Rio Mosquito e demais Afluentes do Rio Pardo.

Sr. Elmy Pereira Soares
Secretario do Comitê da Bacia Hidrografica do
Rio Mosquito e demais Afluentes do Rio Pardo.